



**LOPES CARDOSO & ASSOCIADOS**

**SOCIEDADE DE ADVOGADOS, S.P., R.L.**

NEWSLETTER

1 Junho 2020

**COVID-19 – Medidas de âmbito cultural e artístico**



No quadro do regime excepcional de resposta à pandemia COVID-19, em concreto no âmbito cultural e artístico, o Dec.Lei nº 10-I/2020, de 26 de Março, foi agora alterado pela Lei nº 19/2020, de 29 de Maio.

Apesar do desconfinamento e da intenção de promover o levantamento gradual das restrições à realização de espectáculos ao vivo que justificaram a alteração ao Dec. Lei nº 10-I/2020 promovido pela Lei nº 19/2020, certo é que medidas adoptadas de resposta à pandemia tiveram e terão, como consequência, inevitável, o cancelamento e/ou adiamento dos espectáculos, cujos efeitos, quer para os promotores quer para os consumidores se pretendem regular.

As novidades legislativas constam desta Newsletter.



## ÂMBITO OBJECTIVO

As medidas dizem respeito a:

Espectáculos que:

- não foram realizados no dia, hora e lugar agendados, desde o dia 28 de Fevereiro de 2020;
- que não possam ser realizados até 30 de Setembro de 2020.

Entendendo-se que não pode ser realizado sempre que estiver abrangido por uma proibição ou interdição legal (Vd. ponto IV infra) ou sempre que as limitações impostas à sua realização por razões de saúde desvirtuem a sua natureza ou tornem economicamente inviável a sua realização.

Que determine o seu:

- cancelamento, por não ser possível o seu reagendamento;
- reagendamento.



## ÂMBITO SUBJECTIVO

As medidas aplicam-se a:

- i) Artistas, intérpretes e executantes, autores, produtores, promotores de espectáculos, agentes
- ii) Agentes culturais, designados colectivamente como agentes culturais
- iii) Proprietários ou entidades exploradoras das instalações, estabelecimentos e recintos de espectáculos
- iv) Agências, postos de venda e plataformas de venda electrónica de bilhetes



## MEDIDAS – CANCELAMENTO DE ESPECTÁCULOS

- i) Dever de publicitação pelos agentes culturais do cancelamento com indicação do local, físico e electrónico, modo e prazo de restituição dos preços dos bilhetes de ingresso
- ii) Dever de restituição do preço dos ingressos já vendidos no prazo de 60 dias após o anúncio do cancelamento ou,  
em alternativo ao reembolso, a pedido do portador do bilhete de ingresso, substituição deste por outro relativo espectáculo diferente, com ajustamento do preço.
- iii) Proibição de cobrança da comissão devida pelos espectáculos não realizados ou cancelados aos agentes culturais, pelos agentes, postos de venda, plataformas de venda electrónica de bilhetes, proprietários ou entidades exploradoras de instalações, estabelecimentos ou recintos de espectáculos que tenham bilhética própria.
- iv) Direito do agente cultural ao reembolso do valor pago pela reserva do recinto ou sala aos proprietários ou entidades exploradoras das instalações, estabelecimentos ou recintos de espectáculos **ou**, por acordo entre ambos, afectação desse valor a espectáculo a realizar posteriormente.



## MEDIDAS – REAGENDAMENTO

- i) Dever de publicitação pelos agentes culturais do reagendamento, com indicação:
  - do novo local, data e/ou hora da realização do espectáculo;
  - do local, físico e electrónico, modo e prazo de substituição dos bilhetes de ingresso já adquiridos
  
- ii) O espectáculo reagendado deve ocorrer no prazo máximo de um ano após a data inicialmente prevista.
  
- iii) O reagendamento pode implicar a alteração, alternativa ou cumulativamente, por acordo entre os agentes culturais envolvidos e os proprietários ou entidades exploradoras das instalações, estabelecimentos ou recintos onde deviam realizar-se os espectáculos:
  - do local de realização do espectáculo, com a limitação da cidade, área metropolitana ou a um raio de 50 Km do local inicialmente previsto;
  - da data e hora
  
- iv) Pela substituição dos bilhetes de ingresso não pode ser cobrada qualquer comissão.



- v) O reagendamento do espectáculo não pode implicar o aumento do custo do bilhete ingresso para aqueles que já forem portadores de bilhetes.
- vi) O portador do bilhete de ingresso do espectáculo a reagendar pode pedir a sua substituição por outro relativo a espectáculo diferente, com ajustamento do preço.
- vii) Proibição dos proprietários ou entidades exploradoras das instalações, estabelecimentos ou recintos cobrarem aos agentes culturais de um valor suplementar pelo reagendamento.

## **MEDIDAS – REABERTURA GRADUAL**

O Governo anunciará, com uma periodicidade não superior a 30 dias, o levantamento ou não das restrições à realização de espectáculos ao vivo, adequando-o à evolução das condições de combate à pandemia.



## **MEDIDAS – PROIBIÇÃO DE FESTIVAIS E ESPECTÁCULOS**

Ficam proibidos os:

- Festivais e espectáculos de natureza análogo, como tais declarados,
- realizados ao vivo em recintos cobertos ou ao ar livre.

Como excepção:

Os espectáculos de natureza análogo, como tais declarados, a realizar em recinto coberto ou ao ar livre, com lugares marcados e com respeito pela lotação especificamente definida pela DGS e após comunicação.

## **DIREITOS DO PORTADOR DE BILHETE DE INGRESSO**

Os portadores de bilhetes de ingresso têm os seguintes direitos:





- a)** emissão de um vale de valor igual ao preço pago, com as seguintes características e faculdades:
- i) transmissível a terceiros por mera tradição/entrega;
  - ii) Pode ser utilizado na aquisição de bilhete de ingresso para o mesmo espectáculo a realizar em nova data;
  - iii) Pode ser utilizado na aquisição de bilhete de ingresso para outro evento realizado pelo mesmo promotor. Se este outro evento for de valor superior o vale funcionará como princípio de pagamento; se este outro evento for de valor inferior o remanescente pode ser utilizado para aquisição de bilhete de ingresso para outros eventos do mesmo promoto.
  - iv) Mantém o seguro que tiver sido contratado no momento da aquisição do bilhete de ingresso;
  - v) É válido até 31 de Dezembro de 2021;
  - vi) Se não for utilizado até 31 de Dezembro de 2021, dará direito ao reembolso do seu valor, a solicitar no prazo de 14 dias úteis.
- b)** A emissão do vale e sua utilização não pode implicar a cobrança de qualquer valor ou comissão ao portador do bilhete de ingresso.
- c)** O reagendamento do espectáculo não pode implicar o aumento do custo do bilhete de ingresso.



Rua Júlio Dinis, 247 – 4º E9  
4050-324 Porto | Portugal  
Tel.: +(351) 226099448 | Fax: + (351) 226099265  
[www.lopes-cardoso.pt](http://www.lopes-cardoso.pt)